

CONSELHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E ASSOCIATIVISMO

Karen Laís Barbero Chaves (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Carla Cecília Rodrigues Almeida (Orientador), e-mail: karen_lais2006@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Ciências Humanas e Ciência Política

Palavras-chave: conselhos gestores, políticas públicas, mulheres.

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo diagnosticar e analisar o tipo de associativismo, de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais que está incluído nos conselhos gestores específicos de políticas para mulheres, tendo como referencial empírico as capitais dos estados brasileiras. A partir desse diagnóstico, pretende, de um lado, identificar quais são as organizações do movimento feminista que têm feito apostas nesse tipo de participação, mais institucionalizada, de outro, analisar o tipo de ator coletivo que é incentivado e promovido pelas regras institucionais que conformam a área de políticas para mulheres.

Introdução

A partir de demandas da sociedade e dos debates constitucionais por medidas que permitissem a descentralização do poder político brasileiro, assim como dos espaços de decisões e de deliberações de políticas públicas, a Constituição de 1988 trouxe entre suas resoluções a criação de conselhos gestores. Os conselhos gestores são instâncias participativas que incluem representantes do Estado, da sociedade civil e dos serviços públicos com o objetivo de formular, executar e fiscalizar políticas públicas desde a esfera municipal até a esfera federal, permitindo que as decisões nesse âmbito sejam tomadas de maneiras mais justas.

Nesse sentido, os conselhos municipais de políticas para as mulheres surgem como importantes instâncias de participação de parcelas da sociedade civil, abrangendo organizações e movimentos de mulheres e feministas e demais organizações interessadas na formulação e execução de políticas voltadas para as mulheres e para a equidade de gênero.

Tendo isso em vista, para compreender suas possibilidades, o mapeamento do tipo de participação política que essas instâncias vêm promovendo ao longo dos anos é uma tarefa estratégica. Esta pesquisa tem, portanto, como objetivo principal identificar quais são os movimentos, organizações e associações incorporados aos conselhos municipais de políticas para

mulheres, nas capitais dos estados brasileiros. Para isso foi diagnosticado a composição dos conselhos, a forma como sua organização está regulamentada e o tipo de participação política que sua estrutura promove.

Materiais e métodos

Para a realização dessa pesquisa foram consultadas as leis de criação e composição dos conselhos, os regimentos internos e suas alterações. Essa coleta de dados foi feita através de buscas pela internet, no intuito de mapear todos os conselhos de mulheres existentes nas capitais brasileiras. Por falta de informações online e de contatos disponíveis as capitais Recife, Aracaju, Macapá, Boa Vista, Rio de Janeiro e Curitiba não puderam ser incorporadas ao diagnóstico dessa pesquisa.

As associações representantes da sociedade civil foram classificadas em: associação do “mundo do trabalho”, “defesa de direitos/movimentos sociais”, “acadêmicas”, “empresariais/patronais”, “sócio assistenciais”, “sócio ambientais”, “assistenciais religiosas”, “culturais/recreativas”, “territoriais/comunitárias”, “fóruns”, “representantes de outros conselhos”, “outros” e “sem identificação de associativismo”.

As capitais foram selecionadas como referente empírico dado que os estudos sobre o assunto mostram que os conselhos estão mais consolidados em municípios de maiores portes (Almeida, Carlos e Silva, 2016). Além disso, ao incluir todas as capitais, tornou possível estabelecer comparações regionais na estruturação dos conselhos de políticas para mulheres.

Resultados e Discussão

Foram coletados os dados a partir de buscas via internet, por meio de publicações, nos diários oficiais das prefeituras das capitais, as leis de criação, a composição e o regimento dos conselhos municipais de políticas para mulheres. A partir do mapeamento dessas informações coletadas foi possível constatar quais são os tipos de associativismo incorporados por essas instâncias.

De acordo com esses dados coletados, a maioria dos conselhos em todas as regiões brasileiras estão compostos por associações de ações coletivas, os movimentos sociais, que se enquadram na defesa de direitos de mulheres, das pessoas LGBT's e movimentos negro e indígena, contra injustiças sociais, de gênero, de raça e classe.

Muitos estudos no campo da Ciência Política, tem se dedicado a compreender as mudanças e resultados políticos nas políticas públicas com a inserção dos movimentos sociais (CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2017). De acordo com as autoras, os estudos demonstram que essas mudanças atuam principalmente “[...] na formulação da agenda política, na decisão política e na implementação, no processo legislativo e nas burocracias, mas também na extensão dos direitos, nos partidos políticos e nos regimes.” (p. 365).

Segundo Miranda (2009), os movimentos feministas, especificamente, têm ao longo dos anos construído trajetórias de lutas que perpassam por impasses e articulações com o Estado. A autora aponta que a primeira experiência de institucionalização das demandas e reivindicações dos movimentos feministas, foi o Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM, em 1985, do qual só foi possível fundamentalmente pelas lutas, embates e diálogos dos movimentos feministas com o Estado. A autora ainda aponta que “é notável que, em praticamente todos os países, os organismos encarregados das políticas públicas para as mulheres são resultados de pressões, negociações e alianças promovidas pelos movimentos feministas e por organizações não governamentais feministas.” (MIRANDA, 2009, p. 9)

A década 1990, segundo Rocha (2009), foi marcada pelo surgimento de fóruns, redes e ONGs como novas formas de organização da sociedade civil, que buscam atuar junto ao Estado para a implementação de políticas públicas. Em 2003, foi criada pelo Governo Lula a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM, com o objetivo de promover a transversalidade das políticas para as mulheres e a igualdade de gênero, estabelecida em diálogo com os movimentos sociais e setores públicos. No ano seguinte, ocorre a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, assim como o I Plano Nacional de Políticas para Mulheres (I PNPM, publicado em 2004) como importante instrumento de monitoramento das políticas sociais para as mulheres, visando a igualdade e equidade de gênero, tendo em vista também a diversidade de etnia, gerações, orientação sexual e deficiências entre as mulheres (ROCHA, 2009).

Em diálogo com a bibliografia apresentada até aqui, foi constatado nessa pesquisa que os conselhos municipais de políticas para as mulheres, em sua maioria, possuem caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador, estando vinculado às secretarias de assistência social, direitos humanos, cidadania, bem-estar social ou da mulher, quando existente no município, ou mesmo a coordenadoria da mulher. O que significa que os conselhos municipais específicos de políticas para as mulheres, em geral, possuem certa autonomia em suas deliberações, ao mesmo tempo que auxilia nas políticas do município que destinadas aos direitos das mulheres.

Em relação as competências dos conselhos, estes têm como objetivos a proposição, formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas que promovam a equidade de gênero, que visem o combate a discriminação e violências contra as mulheres. Estimular a participação das mulheres nos organismos públicos e em outros espaços de participação e controle social, também estão entre suas competências. Além disso, foi identificado que, apesar de ter em suas composições alguns movimentos de mulheres em luta pelos direitos enquanto mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais, os objetivos dos conselhos estão em sua maioria voltados a categoria de mulheres universal, sem levar em consideração as especificidades e diversidades de todos os grupos de mulheres, o que inclui raça, sexualidade, classe, localidade e contextos em que estão inseridas, de forma que mesmo com a presença desses movimentos ainda é muito

pequena e restrita, sem a devida correspondência dos direitos desses grupos de mulheres nos regimentos dos conselhos.

Conclusões

A partir do que foi identificado com a pesquisa, podemos afirmar que grande parte das associações presentes nos conselhos municipais de políticas para as mulheres são os movimentos feministas e de mulheres. O que demonstra que a articulação dos movimentos sociais e ações coletivas feministas e de mulheres, continuam apostando nas instâncias institucionais do Estado. Os conselhos possuem caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador, o que pode garantir ações mais diretas e efetivas quanto as políticas voltadas para as mulheres. No entanto, podemos afirmar que os conselhos pouco avançaram no que diz respeito a transversalidade, diversidade e especificidades dos mais variados contextos das mulheres, se dirigindo ainda a uma categoria universalizada da mulher.

Agradecimentos

Agradeço ao Núcleo de Pesquisa em Participação Política do Departamento de Ciências Sociais (NUPPOL/UEM), ao Grupo de Pesquisa Sociedade Civil, Instituições Políticas e Democracia, pelas grandes contribuições. A minha orientadora Carla Cecília Rodrigues Almeida, pelos ensinamentos, dedicação e paciência. Também ao CNPq pelo financiamento da bolsa de Iniciação Científica.

Referências

- ALMEIDA, C. CARLOS, E. SILVA, R. da. Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil. **Opinião Pública**, v. 22, n. 2, p.250-285, 2016.
- CARLOS, E. DOWBOR, M. ALBUQUERQUE, M. do. *Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: Balanço do debate e proposições analíticas*. Revista Civitas, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, 2017.
- MIRANDA, Cynthia Mara. *Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil*. Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre Mulher e Gênero – NIEM/UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- ROCHA, Maria Beatriz Pires da. *O Movimento de Mulheres em interlocução com o Governo Federal na construção de políticas para mulheres no Brasil (2002-2006)*. Dissertação, Programa de Pós Graduação Mestrado em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2009.